

**De pedagogías, políticas y subjetividades:
*recorridos y resistencias***

TRABALHO DOMÉSTICO, EJA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Ludimila Corrêa Bastos (UFMG, Brasil)

Carmem Lúcia Eiterer (UFMG, Brasil)

Eje 11: Desigualdades y violencias de género

Palavras-chave: EJA. Gênero. Trabalho doméstico.

Introdução

Entendemos para o desenvolvimento dessa pesquisa de doutorado, financiada pelo CNPq, que não existe um modelo único de homem ou de mulher, mesmo quando os sujeitos desta pesquisa têm como ponto em comum o fato de atuarem como trabalhadores domésticos e se encontrarem como estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como já mostrou Fougeyrollas-Schwebel (2009). Há peculiaridades e singularidades que os distingue.

Atuando na EJA, foi constatado que a infrequência às aulas por parte das mulheres era bem superior à dos homens. Investigando, verificamos que a causa deste fenômeno era o fato das alunas trabalharem como empregadas domésticas e muitas, morarem na casa de suas patroas. Quaisquer eventualidades na rotina das casas aonde trabalham, como um jantar, uma visita inesperada, faz com que elas sejam requisitadas além do horário normal de trabalho e impedidas de ir até a escola. Sendo assim, compreender como se dá a relação entre ser mulher, ser empregada doméstica e ser aluna da Educação de Jovens e Adultos despertou interesse de pesquisa.

Como já afirmava Rosemberg, Pinto e Negrão (1982), é fato relevante que houve um aumento do grau da escolarização da mulher no Brasil nas últimas décadas. Entretanto, para as autoras, pouco ou quase nada se sabia sobre os efeitos dessa escolarização e que utilização as mulheres têm feito dessa passagem em suas vidas, agora mais numerosa e mais longa, pelo sistema educacional. Por isso, acreditavam que através de novas pesquisas, dever-se-ia buscar de que forma a educação escolar tem alterado a sua qualidade de vida e sua inserção dentro da sociedade.

Com base na leitura do estudo de Sabóia (2000), para a elaboração deste trabalho, entendemos por empregadas domésticas, como é o caso de nossas colaboradoras e nosso

colaborador, aquelas pessoas que exercem funções como arrumar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, lavar roupa ou louça, passar roupa, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas; orientar ou dirigir empregados domésticos na execução das tarefas; cuidar de filhos ou outro morador do local de trabalho, residindo ou não neste local, mediante remuneração.

De acordo com Lautirer (2009), o trabalho de domésticas, particularmente invisível e que emprega, em quase todo o Terceiro Mundo, mais mulheres do que o trabalho industrial, começa muito timidamente a ser estudado e esta pesquisa teve como um de seus objetivos contribuir para este amplo campo de estudos.

Nesse caminho, Campoy (2012), mostra que o trabalho doméstico trata-se de uma temática que envolve questões importantes inerentes à sociedade contemporânea, como a localização da mulher no mercado de trabalho, a bipolaridade do trabalho feminino, bem como a divisão do trabalho entre os sexos, classes sociais, nações e etnias. Não obstante, trata-se também de uma questão pouco discutida e mesmo marginalizada, tanto no ambiente político brasileiro quanto internacional, o que auxilia na manutenção da invisibilidade social desta atividade profissional, que por sua vez levaria à violação dos direitos mais elementares de suas integrantes. Com isso, buscamos, também, demonstrar a importância da temática de estudos envolvendo mulheres, empregadas domésticas e alunas da Educação de Jovens e Adultos, tarefa esta, que, como já afirmou Campoy (2012), estaria em consonância com o intuito científico de se trazer à tona uma discussão atual, porém quase sempre omitida.

O trabalho doméstico remunerado no Brasil trata-se de uma atividade massivamente feminina, porque cerca de 92,4% dos trabalhadores domésticos são mulheres, como mostra Brites (2008). Sendo assim, as constatações acima serviram como ponto de partida para a elaboração desta pesquisa que busca analisar as representações de gênero construídas e vivenciadas, por trabalhadores domésticos e, principalmente por mulheres, que exercem a profissão de empregadas domésticas, estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Mulheres e relações de gênero

De acordo com Marry (2000), gênero é um fator que emergiu historicamente, de forma recente dentro do cenário das pesquisas sociológicas, pois antes essa questão não era reconhecida pelos sociólogos da educação. O conceito surgiu em meados dos anos 1960-1970 e disseminou-se instantaneamente nas ciências sociais. No Brasil, começou a ser utilizado no final de 1980 e trouxe para a pesquisa educacional a possibilidade de repensar várias questões relacionadas à mulher e seu processo educacional. (ARAÚJO, 2009, p. 109).

Como ressalta Carvalho (2009), gênero é uma estrutura de dominação simbólica da mesma forma que classe e raça e as distinções masculino/feminino estruturam todos os aspectos da vida social e fazem parte de um complexo sistema de dominação masculina, fortemente institucionalizado e interiorizado. Na visão dessa autora, gênero é uma construção social feita sobre as diferenças sexuais. Segundo ela, o que interessa não é propriamente a diferença sexual, mas a forma como essa diferença é representada ou valorizada, aquilo que se diz ou se pensa sobre a diferença.

Em adição, para Louro (2004), é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas é que vai constituir, efetivamente, as relações de gênero, em uma dada sociedade. Enfim, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre a diferença sexual.

Dessa forma, com base em Louro (2004), pretendemos recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos

sociais. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Gebara (2014) afirma que o conceito de gênero foi importante em seu trabalho porque, e acreditamos ser também nesta pesquisa, auxilia a indagar o lugar da mulher e da mãe e traz como problematização o fato de que esses lugares sociais são construídos por meios dos processos de socialização e, dentre os quais, se localizam os educativos. Nesse sentido, fazer-se, estudante da EJA e empregada doméstica decorre, em grande medida, dos mesmos processos educativos que nos fazem *mulheres* de determinados tipos.

Mulheres empregadas domésticas, alunas da EJA

Valle (2010) ressalta que, mesmo sendo a família a primeira instituição social com que as pessoas estabelecem qualquer relação com a leitura é, de fato, no ambiente de trabalho que a maioria dos discentes da Educação de Jovens e Adultos percebe a necessidade de desenvolver as diversas habilidades dessa prática, o que faz com que seus patrões e ofícios sejam muitas vezes seus mediadores da leitura. Para a autora, destaca-se a importância que as famílias empregadoras acabam por exercer como mediadoras de leitura, influenciando no acesso ao material de leitura e intervindo na formação desse público como sujeitos leitores. Alguns patrões atuam como fonte de incentivo ao retorno à escola, assim como ao cultivo de hábitos de leitura, fornecendo às mulheres o material a ser lido.

Nossa experiência na Educação de Jovens e Adultos nos permite afirmar que quase todas as mulheres, alunas da EJA, tinham ou já tiveram a experiência de trabalhar como empregada doméstica. E, na maioria dos casos, foram inseridas nesse ofício desde muito novas, recebendo, em troca do serviço prestado, moradia e alimentação. Por conseguinte, a experiência de doméstica parece fazer parte da vida da maioria das mulheres inseridas na EJA nos anos iniciais do ensino fundamental.

Para exercer a sua ocupação de empregadas domésticas, essas mulheres, convivem com demandas práticas de leitura e de escrita doméstica que não são comuns nos seus meios de origem como ler receita, lista de compras, anotar recados, além do grande contato com diversos materiais escritos, como mostra Resende (2008). Além disso, são solicitadas, às vezes, a desempenhar práticas de leitura e de escrita pelos patrões e patroas em situações diferentes daquelas vivenciadas nas famílias de origem.

Entretanto, segundo Resende, Galvão e Batista (2010), o fato de as domésticas serem levadas a escrever em algumas situações no trabalho não as leva a muitos outros usos da leitura e da escrita. Na opinião deles, as empregadas domésticas não vivem outras situações fora do trabalho que potencializam as aprendizagens feitas no emprego; em suas casas, o uso da escrita é restrito.

Nessa mesma linha, Valino (2005) assinala que muitas mulheres saem de suas cidades de origem, muitas vezes no interior do país, e vão para São Paulo em busca de trabalho, cidade cujas condições de vida se apresentam completamente diferentes das de origem. E, assim, são obrigadas a utilizar os serviços da cidade como ir a bancos, caixas eletrônicos, supermercados, usar o transporte coletivo. Desse modo, ler e escrever acaba tornando-se uma das necessidades pessoais, profissionais ou sociais mais importantes para elas. Enfim, em uma sociedade grafocêntrica, é necessário ler, porque a informação está quase sempre no código

escrito e os analfabetos nem sempre encontram pessoas dispostas a lhes dar e explicar as informações de que necessitam.

Contudo, diz a autora que os migrantes pouco letrados rapidamente aprendem e decoram parte daquilo que lhes é necessário para a vida cotidiana, numa busca tanto de sobrevivência, como de esconder a condição de analfabetos. Também percebem que a possibilidade de conseguir emprego é cada vez mais difícil, pois são muitas as exigências: é preciso, muitas vezes, saber ler e escrever, ter cursado Ensino Fundamental ou Médio e ter conhecimentos de informática.

Em suma, a necessidade de trabalho, entre outras, faz com que muitas mulheres, jovens e adultas procurem um curso de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. Ora, verificamos aqui um paradoxo: um dos principais motivos que as impediu de frequentar a escola na infância foi a necessidade de trabalhar. Agora, como pessoas adultas, um dos principais motivos que as levam a procurar um curso de alfabetização é, novamente, a necessidade de trabalhar. O que não significa que a concorrência entre trabalho e escola desapareça.

De fato, como destaca Santana (2003), algumas domésticas percebem o trabalho como um espaço no qual podem garantir o dinheiro para ajudar a família e favorecer a continuidade dos estudos. Mas, caso o patrão ou a patroa permita a frequência à escola, pois frequentar ou não frequentá-la depende muito mais de uma concessão do que de um desejo da empregada doméstica. Aliás, é frequente o trabalho tornar-se incompatível com o estudo e nesse caso, a opção é o emprego. Nesse sentido tem demonstrado que trabalho e estudo tornam-se inconciliáveis por ser necessário, à empregada doméstica, estar sempre à disposição da família da patroa. Isso ocorre, principalmente, quando ela cuida de crianças pequenas, que não podem ficar sozinhas em casa até a chegada da mãe/patroa. Muitas vezes, elas faltam muito às aulas, por precisar trabalhar no turno da noite, horário em que a patroa recebe visitas, oferece recepções, vai à academia ou ao salão de beleza, como atestam nossas vivências na EJA.

A propósito, Ávila (2009) aponta que todas as trabalhadoras domésticas que se mantém estudando, ou as que já interromperam esse processo, até quando estudaram, arcam com todos os custos para isso: estudam no período da noite; realizam as tarefas escolares tarde da noite, quando voltam para as suas casas ou para a das patroas; estudam pela manhã muito cedo ou, ainda, na própria escola, quando chegam um pouco antes da aula começar.

Em se tratando de estudante trabalhadora doméstica com filhas/os e companheiro, o horário da escola, que em geral é à noite, como no caso das entrevistadas desta pesquisa, vai entrar em choque com o horário do trabalho doméstico de sua própria família. Segundo Ávila (2009), manter-se na escola significa, para as que continuam estudando, a afirmação de um projeto de vida e de um direito. Para as que não estudam mais, o abandono da escola permanece como uma falta incontornável, uma marca difícil na trajetória de vida e, também, como uma restrição objetiva à possibilidade de escolha de outros caminhos profissionais. Desse modo, abandonar os estudos é uma perda que, subjetivamente, reverbera para sempre porque se mantém como uma marca discriminatória.

Ávila (2009) acrescenta ainda que para as empregadas domésticas que se mantém estudando, frequentar a escola é uma forma de resistência individual contra uma determinação social que vem junto com o emprego doméstico, a qual incompatibiliza o tempo do trabalho com o tempo do desenvolvimento pessoal.

Metodologia

Trabalhamos com 2 diaristas, três empregadas domésticas mensalistas que residem no emprego, três que possuem residência separada e um homem que também atua como

trabalhador doméstico e reside em seu local de trabalho. A participação dele nos permitiu realizar um diálogo e comparações entre as situações profissionais e trabalhistas enfrentadas por ambos os gêneros.

Selecionamos para desenvolvimento desse estudo sujeitos com idades variadas, entre 20 e 65 anos, possibilitando, assim, uma análise mais ampla e fundamentada, levando em conta que os fenômenos sociais vivenciados, como mudanças nas leis trabalhistas, variaram muito ao longo das décadas.

A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Essas entrevistas constituíram-se, principalmente, de relatos de vivências e experiências, com o objetivo de apreender características de suas rotinas de vidas, seus percursos escolares, profissionais e familiares, expectativas e dificuldades frente à escolarização e o mercado de trabalho.

As primeiras entrevistas com as egressas tiveram, como tema principal, o contexto familiar, cultural e econômico em que estão inseridas. Nosso objetivo era aproximarmo-nos da realidade em que viviam e entender um pouco mais sobre os desafios enfrentados no dia a dia. Para isso, coletamos dados referentes às suas origens familiares, recordando um pouco das vivências em suas infâncias. Buscamos conhecer, principalmente, suas relações com a escola, tanto no passado, quando interromperam seus estudos, ou, simplesmente, foram impedidas ou impedido de frequentar à escola, quanto no presente, no que diz respeito ao que a retomada/início dos estudos na EJA e quais os anseios e desafios oriundos dessa decisão.

Posteriormente, as entrevistas tiveram como foco a situação profissional: como e quando se tornaram trabalhadores domésticos, funções exercidas, direitos trabalhistas aos quais tem acesso, desejos para o futuro profissional, relação com as patroas/os patrões.

Analisando os resultados: dialogando com a teoria

Falar do trabalho doméstico remunerado desde a perspectiva da mulher e das relações de gênero, como sublinha Santana (2003), é uma forma de resgatar a história do trabalho doméstico, cuja principal protagonista é a própria doméstica. Logo, nada mais interessante do que as próprias trabalhadoras sejam protagonistas dessa história, permitindo, então, especificar a realidade e o contexto em que estão inseridas.

Assim sendo, nossas entrevistadas, são todas empregadas domésticas (e um empregado doméstico), educandas da EJA, pouco escolarizadas, oriundas de situações familiares fragilizadas por um contexto socioeconômico e cultural desfavorável. Apesar de tantas similaridades, formam um grupo diverso entre si.

A maior parte dos participantes desta com essa pesquisa se auto declarou negra (pretas ou pardas): Lúcia e Maria Nina se identificam como pardas. Assim, Maria Emília, Maria do Rosário, Maria Tina, declararam-se negras e Rose declara-se *“negra com muito orgulho”*. João também se auto classifica como negro. Já Irene se auto classifica como morena clara, mas possui o mesmo tom de pele de Maria Emília, Maria do Rosário, Maria Tina, Rose e João. Apenas Júlia se declara branca.

Ainda com base nas contribuições de Figueiredo (2008), os estudos sobre gênero que incorporaram as diferenças de cor/raça na análise do Brasil, começam na década de 1980, pois, se o Brasil era um país racialmente desigual, a situação era muito pior para as mulheres negras. Desse modo, parte significativa das pesquisas sobre o tema objetivava denunciar as desigualdades no acesso à educação e aos desníveis de renda entre as mulheres negras (pretas e pardas) em comparação com os homens negros, as mulheres brancas e os homens brancos. Os homens brancos estavam sempre no topo da hierarquia, enquanto as mulheres negras sempre na base.

Vimos que, de todas as pessoas que participaram dessa pesquisa, apenas uma mulher se autodeclarou branca. Os demais, pardos ou negros. Se levarmos em consideração raça/cor, não encontraremos diferenças salariais entre esses sujeitos.

Como já citamos anteriormente, para Campoy (2012) os principais pontos de vulnerabilidade dos trabalhadores domésticos que residem no emprego são as longas jornadas de trabalho, ambientes de trabalho e acomodações inadequadas (sem qualquer atenção aos padrões mínimos de conforto, saúde e segurança no local de trabalho), falta de privacidade e ingerência sobre a vida pessoal destas trabalhadoras (esta situação é favorecida pelas longas jornadas de trabalho e do ambiente doméstico que facilitam esta situação vulnerável), exposição às mais diversas formas de abuso (mudanças arbitrárias no contrato de trabalho facilitadas pelo alto grau de informalidade e pelos contratos verbais) e baixos salários.

Com efeito, das nove pessoas que entrevistamos, quatro residiam em seu local de trabalho: João, Irene (apesar de possuir casa própria), Rose, Emília. Júlia, quando a entrevistamos pela primeira vez, também residia no local de trabalho, mas no decorrer da pesquisa pediu demissão e foi morar com uma amiga.

São pessoas com idades, sexo e raças distintas, mas com algo em comum: todas elas desejam possuir residência separada do local de trabalho. Com isso, percebe-se que residir dentro da casa de outra pessoa é algo desconfortável, que limita seu ser e estar no mundo como pessoa, interferindo em suas subjetividades.

Todavia, a maior queixa do grupo de entrevistados foi o cansaço, oriundo principalmente, da sobrecarga de tarefas e do alargamento da jornada de trabalho. O fato de residirem no emprego faz com que os horários de trabalho não sejam definidos, pelo fato de o acesso a eles ser mais fácil, por já estarem ali, no mesmo local que os patrões. São requisitados em caso de jantares ou eventos sociais, mesmo que estes ocorram fora do horário de trabalho previamente combinado e os impeçam de ir até à escola naquele dia; são acordadas durante à noite quando uma criança passa mal; faltam à escola, como no caso de João, para esperar mercadorias; alguns trabalham durante os finais de semana, mesmo sendo a folga semanal estipulada.

O que nos surpreende é que nenhum desses sujeitos questiona a sobrecarga de tarefas com os patrões. Aparentemente, aceitam a situação: ou por *sentirem-se* como parte das famílias para as quais trabalham; ou, ainda, por *sentirem-se*, de certa forma, coagidos a atender a qualquer necessidade dos patrões, já que residem na casa deles.

Posto isso, vale ressaltar que, como apontou Figueiredo (2008), os estudos sobre o emprego doméstico, por exemplo, têm destacado a ambiguidade dos discursos sobre o trabalho doméstico. Dessa forma, obscurecem os problemas dificultando que as trabalhadoras domésticas tomem consciência da opressão do gênero, raça e classe que elas vivenciam.

De acordo com as entrevistadas, as famílias que empregam as trabalhadoras domésticas adotam o discurso de que elas fazem parte da família, ao invés de considerá-las somente trabalhadoras. A consequência imediata disso, como mostra Kofes (2001) é que as relações de poder presentes na relação entre patroas e empregadas são mascaradas, escondidas sob o discurso de um suposto parentesco. Em decorrência disso, parece imprescindível para a construção de uma consciência de classe, a busca por direitos associados ao trabalho doméstico, e, ainda, que as trabalhadoras domésticas residam fora das residências em que trabalham.

Considerações finais

Percebemos que o cansaço decorrente da extensão da jornada de trabalho situa-se como a maior dificuldade para permanecerem na escola. Grande parte faltava às aulas dado

ao cansaço, já que não contam com horário de trabalho definido, nem com folga e nem com férias.

Vimos também que o grupo analisado, apesar das dificuldades que enfrentam, faz planos, mas seus projetos giram ou parecem girar em torno do outro: dos filhos, principalmente, mas, em muitos casos, também em torno dos patrões e suas necessidades.

Vislumbramos que todas as domésticas que residem no emprego desejam ter a própria casa. Percebemos nos relatos dos entrevistados que estar dentro da casa de outra família limita a subjetividade dos sujeitos e é algo desconfortável.

Por fim, analisamos que, apesar da base de vida comum (pessoas oriundas de famílias com poucos recursos financeiros, sem estudo ou com pouca escolarização, em grande maioria negras ou pardas), os sujeitos pesquisados apresentaram características diferentes. Sendo assim, o que faz a diferença nas pessoas não é só a situação de vida, mas subjetividade, a forma como cada um enfrentou e enfrenta os desafios impostos pela vida, seus sonhos e prioridades.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, J. (2009). *Relações de gênero na educação infantil: questionamentos acerca da reduzida presença de homens e mulheres na docência*. Araraquara, Brasil: Junqueira e Martins.

ÁVILA, M. (2009). *Vida cotidiana: um desafio teórico político para o feminismo*. Recife, Brasil: Cadernos de Estudos Feministas.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

BRITES, J. (2008); *Trabalho doméstico: políticas da vida privada*. Recife, Brasil: SOS CORPO.

CARVALHO, M. (2009). *Inclusão da perspectiva de gênero na educação e na formação docente*. Brasil, Araraquara: Junqueira e Martins.

CAMPOY, B. (2012). *O trabalho doméstico remunerado no Brasil: desigualdade, direitos e saúde*. Portugal, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

FIGUEIREDO, A. (2008). *Gênero*. Bahia, Brasil: UFBA.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. (2009). *Trabalho doméstico*. São Paulo, Brasil: Unesp.

GEBARA, T. (2014). *Gênero, família e relações étnico-raciais: um estudo sobre, mulheres pardas e provedoras, e as relações que estabelecem com a educação de seus filhos e filhas*. Belo Horizonte, Brasil: Programa de Pós- Graduação em Educação da FAE/UFMG.

KOFES, S. (2001). *Mulher, Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas, Brasil: Editora da UNICAMP.

LAUTIER, B. (2009). *Desenvolvimento*. São Paulo, Brasil: Unesp.

LOURO, G. (2004). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petropolis, Brasil: Vozes.

MARRY, C. (200). *Filles et garçons à l'école*. Paris: La découverte.

RESENDE, P. (2008) *Modos de participação de empregadas domésticas nas culturas do escrito*. Belo Horizonte, Brasil: UFMG.

RESENDE, P., GALVÃO, A. y BATISTA, A. (2010). *A leitura e a escrita no trabalho de empregadas domésticas*. Belo Horizonte, Brasil: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG.

ROSEMBERG, F., PINTO, R. y NEGRÃO, V. (1982). *A Educação da Mulher no Brasil*. São Paulo, Brasil: Global.

SABOIA, A. (2000). *As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica. Estudo realizado para o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)*. Rio de Janeiro, Brasil: Organização Internacional do Trabalho.

SANTANA, M. (2003). *As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local do emprego*. Natal, Brasil: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN.

VALINO, M. (2005). *A escola "desejada" por jovens e adultos em processo de alfabetização*. Campinas, Brasil: ALB, UNICAMP.

VALLE, M. (2010). *A leitura literária de mulheres na EJA*. Belo Horizonte, Brasil: UFMG.

.